

Aconteceu

SOS BRASIL

O país afunda e a sociedade não se mobiliza por alternativas

Jorge Araújo/Ag. Folhas (27/09/91)



Enquanto isso o presidente diz, sorrindo, que o Brasil tem jeito.

sos violência
 sos escola pública
 sos yanomami
 sos líderes camponeses
 sos meninos de rua
 sos salário
 sos usiminas
 sos previdência
 sos universidade
 sos desemprego
 sos reforma agrária
 sos saneamento básico
 sos política agrícola
 sos cólera
 sos dívida externa
 sos telecomunicações
 sos moradia
 sos inflação
 sos futebol

Lutzenberger demite presidente do Ibama

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, demitiu Tânia Munhoz da presidência do Ibama no dia 2 de outubro, culminando um processo de desentendimentos iniciado já no ato da sua nomeação em março de 1990. Ela estava pressionada de vários lados. O próprio Lutzenberger já havia declarado publicamente que o Ibama é um "elefante branco" e deveria ser extinto. Em depoimento à CPI da Amazônia há duas semanas, ele declarou que pensava de maneira diametralmente oposta a Tânia com relação à Amazônia. Decididamente Tânia não apoiava a política de

implantação de reservas extrativistas na região. Além do mais o Ibama aplicava seguidas multas contra pequenos lavradores da Amazônia pelo fato de caçarem animais para alimentação das suas famílias e por fazerem derrubadas para plantar roçados. Por conta das multas aplicadas pelo Ibama durante a "Operação Amazônia", Tânia estava recebendo fortes pressões também de políticos da região e se recusava negociá-las. Nesse sentido há quem diga que a demissão de Tânia representa uma vitória da chamada "banda da Amazônia".

Considerada tecnocrata pelos

ambientalistas, a socióloga Tânia Munhoz foi funcionária da extinta Seplan durante o governo Sarney, quando iniciou sua atividade na área ambiental ao participar do Programa Nossa Natureza.

A favor da manutenção de Tânia no cargo recorreu ao presidente Collor o chefe do Gabinete Militar, Gal. Agenor de Carvalho, por considerá-la o canal de diálogo dos militares com a política ambiental do governo. Até o fechamento dessa edição não havia sido indicado o novo (a) presidente do Ibama (GM, FSP, O Globo, CEDI 3/10/91).

Câmara força o governo a retirar o Emendão; cada vez mais isolado, Collor vive seu pior momento

A determinação de líderes partidários, inclusive do bloco governista, de rejeitar o Emendão no Congresso levou o presidente Fernando Collor a recuar da decisão de promover alterações no capítulo da Ordem Social da Constituição. Numa reunião no dia 10. de outubro, os líderes das várias bancadas no Congresso decidiram, por unanimidade, que o Emendão é inviável e inegociável. Conseqüentemente, o elenco de propostas que o governo enviará ao Congresso vai apenas privilegiar o ajuste fiscal. Collor desistiu de mudar as regras da aposentadoria e de suspender por dois anos a estabilidade do funcionalismo. Em seguida, o governo recuou em mais um ponto do Emendão, e decidiu continuar aplicando os recursos do Fundo Constitucional no financiamento de pequenos e médios produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O governo também recuou na suspensão do princípio da anuidade até o final de 1992 para que pudesse criar e cobrar livremente novos impostos sem uma lei aprovada até o início do ano.

No dia 19 de setembro, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tinha entregue ao Congresso um texto que mudava 24 artigos e 63 dispositivos da Constituição, o chamado Emendão. O primeiro artigo do texto original do governo revogava todos os artigos da Constituição que conflitassem com os pontos sugeridos pelo governo. Mais de uma vez, o presidente Collor repetiu que apenas a aprovação integral do Emendão poderia resolver os problemas estruturais da economia brasileira. Mas para mudar a Constituição, é necessária uma maioria de dois terços do Congresso, que o governo não tem condições de aglutinar. Assim, o presidente foi forçado a recuar, abandonando os sonhos da aprovação de um Emendão que multiplicaria os poderes do governo em detrimento dos do Congresso. Para Collor, mais uma derrota política e pessoal.

Nos últimos meses, a credibilidade política do governo e do próprio presidente sofreu uma série de duros golpes. As repetidas denúncias de escândalos e irregularidades administrativas envolvendo o pri-

meiro escalão do governo e a primeira-dama Rosane Collor, se somaram o descontrolo da crise econômica (inflação em alta, manobra errada de desvalorização do cruzado em relação ao dólar), a constante deterioração dos indicadores sociais e a crescente falta de credibilidade internacional do país (as trapalhadas do governo em relação à discutível privatização da Usiminas mereceram a lembrança na imprensa estrangeira da famosa frase de De Gaulle: "O Brasil não é um país sério"). Cada vez mais isolado e impotente, Collor apresenta cansaço e estresse e, segundo observadores de Brasília, até sinais de descontrolo emocional. Nos jornais de maior circulação fala-se cada vez mais frequentemente da possibilidade da renúncia do presidente, enquanto a *Folha de S. Paulo* chegou a pedir explicitamente o *impeachment* (demissão forçada) de Collor. "O rei, além de nú, está sozinho e falando com as paredes", chegou a escrever Beliza Ribeiro, a jornalista responsável pelo *marketing* collorido na campanha presidencial de 1989. (CEDI, 2/10/91)

Vereador do PT é ameaçado de linchamento no Piauí

Os vereadores da cidade de Esperantina, a 210 quilômetros de Teresina (PI), tentaram linchar o presidente da Câmara Municipal, o petista Bernardo Amorim, porque este se recusou a assinar a folha de pagamento aumentando os subsídios deles próprios em 415%, o que significa vencimentos de Cr\$ 885 mil. Dos 11 vereadores, apenas Salomão Teles (PMDB) apoiou a decisão de Amorim. Teles impediu a

agressão, ajudando o vereador ameaçado a fugir da sala e a se refugiar na Igreja Matriz. Uma semana antes, o vigário da cidade, havia excomungado todos os vereadores, exceto Amorim, em protesto contra a medida. Embora o presidente tenha se recusado a autorizar o aumento, os cheques foram liberados, pois os outros dois membros da Mesa assinaram a folha. (*O Estado de S. Paulo*, 15/9/91)

Rosane Collor não depõe sobre LBA

A Comissão de Seguridade Social da Câmara rejeitou, por 23 votos a 5, pedido apresentado pelo Deputado José Dirceu (PT-SP) para que a primeira-dama Rosane Collor fosse convidada a depor sobre as irregularidades ocorridas na Legião Brasileira de Assistência (LBA) no período em que presidiu a entidade. O resultado da votação foi fruto da pressão dos líderes do bloco governista. (*O Estado de S. Paulo*, 3/10/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Carlos Alberto Ricardo ★ Jornalista Responsável: Magali do Nascimento Cunha (MTB 011.233) ★ Editores Assistentes: Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Lais Menezes (Interina Meio Ambiente) ★ Secretária de Redação: Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ Documentação e Pesquisa: Ângela Galvão ★ Arte Final: Maria Cristina Ricardo ★ Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861
Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

Usiminas: adiada a privatização

O governo viu fracassar, no último dia 24, sua primeira grande iniciativa desestatizante, ao suspender apenas uma hora antes do início, o primeiro leilão que visava privatizar a Usiminas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Depois de uma intensa batalha judicial, que envolve até o momento 14 ações judiciais de várias naturezas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi forçado a pedir a suspensão devido ao clima de insegurança entre os investidores, criado pelas medidas judiciais que impediam o leilão e questionavam a utilização de várias moedas na compra da Usiminas, como por exemplo, títulos da Dívida Agrária, títulos da Dívida Externa e debêntures da Siderbrás.

Embora o BNDES tenha conseguido superar as proibições, a desinformação entre os investidores e mesmo entre membros do próprio governo era grande. O risco de desistência de grande número de investidores e a conseqüente desvalorização dos lances forçou a

suspensão. Nova data já foi anunciada, 15 de outubro, quando então o Superior Tribunal de Justiça terá decidido sobre a legalidade do uso daqueles títulos na compra das estatais.

Palco de guerra - No dia do leilão, terça-feira, 24, enquanto as pendências jurídicas se resolviam, a rua do Mercado, onde fica a Bolsa do Rio, foi palco de uma guerra. Centenas de manifestantes, convocados pela CUT e partidos de oposição, protestavam contra a privatização. Os tiros para o alto de um segurança da Bolsa foram o estopim de um conflito no qual os manifestantes agrediram investidores com ovos, tapas e pontapés.

Na esteira dos acontecimentos, a CUT já anunciou que promoverá novas manifestações contra a privatização da Usiminas e o governador do Rio, Leonel Brizola, promete um enorme comício de protesto, no dia nove de outubro.

Irregularidades - O destino da Usiminas não está sendo contestado apenas pelo seu controvertido

edital de leilão, que admite o uso de moedas não incluídas na lei de privatizações (entre elas as chamadas "moedas podres", isto é, títulos extremamente desvalorizados mas aceitos por valores próximos ao de face para a compra de estatais). Um minucioso estudo da Procuradoria Geral da República aponta, entre outros problemas, acordos ilícitos que favorecem o sócio minoritário da Usiminas, a empresa japonesa Nippon Steel, o descumprimento do artigo 12 da Constituição (que define o que é nacionalidade brasileira), favorecendo a participação majoritária de estrangeiros na direção da empresa. O relatório aponta ainda o descumprimento da lei de privatização que determina que o BNDES deve descrever como serão recuperados os recursos investidos pelo Estado na empresa privatizada.

Diante de tal situação, a Procuradoria está questionando todo o arcabouço jurídico do Programa Nacional de Desestatização e enviou ao Congresso recomendação para que suspendesse o leilão da Usiminas. (CEDI, 2/10/91)

Ausência de transparência e credibilidade

Os US\$ 15 milhões investidos na popularização do programa de privatização das estatais foram insuficientes para sustentar o arduamente ensaiado leilão da Usiminas. Os argumentos arrolados para justificar o processo esbarraram na descrença e na crescente resistência de opositores dos mais variados matizes político-ideológicos.

Nem só de argumentos jurídicos se alimentou a polêmica em torno do assunto. Índícios de sub-avaliação no preço da Usina (US\$ 1,54 bilhões), bem como a adoção de títulos depreciados, beneficiando determinados investidores, contribuíram para lançar suspeição sob o programa. Aliás, alguns desses papéis, como os TDAs, antes mesmo de confirmados como

válidos para a compra de estatais, tiveram valorização altíssima e veloz, tipicamente especulativa. Não por acaso declarava o senador Esperidião Amin (PDS-SC): "privatização, no Brasil, passa necessariamente pela polícia".

O já lerdado programa de privatização, que o então candidato Fernando Collor elegera como prioridade de governo, corre o risco de ser inviabilizado de vez.

O fato não pode ser analisado como um acontecimento isolado. Revela a profunda crise de credibilidade desse governo. A economia prima pela falta de regras e o governo se debate em círculos, correndo o risco de não executar nenhum dos seus projetos políticos. (CEDI, 2/10/91)

PERFIL DA USIMINAS

Localização: Ipatinga (a 217 Km de Belo Horizonte)

Faturamento em 1990:
US\$ 1,8 bilhão

Faturamento no primeiro semestre de 1991:
US\$ 871 milhões

Funcionários: 12,6 mil

Produtividade:
373,5 toneladas homem/ano

Produtividade média do Setor no país:
200 toneladas homem/ano

Total do endividamento:
US\$ 218 milhões

PRINCIPAIS ACIONISTAS

Siderbrás	51,0%
Bndes	44,2%
Nippon Steel	4,277%
Peq. Acionistas	0,523%

(Isto É, 2/10/91)

Estados Unidos exportam lixo tóxico para o Brasil

De acordo com denúncia apresentada ao Conama, o órgão ambiental do estado de Pernambuco teria emitido licença prévia para a empresa norte-americana Infra Internacional Ltd. construir, no Recife, um sistema de coleta, reciclagem, processamento e incineração de resíduos tóxicos industriais importados.

A denúncia, feita pelo engenheiro químico Uivaldo Pavlowsky, resultou no pedido de formação de uma comissão de investigação sobre o lixo tóxico. A solicitação foi encaminhada pelo professor José Domingues Godoy Filho, conselheiro da Fundação Pantanal Alerta Brasil e representante das entidades ambientalistas no Conama.

O professor alerta que: "o investimento de US\$ 370 milhões pro-

posto pela empresa destina-se a transformar Pernambuco em destino final de 60% do lixo industrial produzido no planeta por ano (cerca de 400 milhões de toneladas), gerado pelos EUA".

Além dessa empresa, a Asphalt Metal Co & Houston Scrap, a Della Metals e a Allied Technologies vêm mantendo entendimentos com o estado do Ceará para o armazenamento de PCB's (bifenis policlorados). O motivo é simples: o custo de incineração do produto chega a US\$ 2 mil/tonelada e a "exportação" pode ser feita a US\$ 40/toneladas.

O PCB, ou Ascarel, é usado como isolante nos transformadores elétricos e na fabricação de vernizes, colas industriais e lubrificantes sendo altamente tóxicos. (*Jornal do Brasil*, 12/9/91; *CEDI*, 18/9/91)

Proteção ambiental não mobiliza a classe média

Pesquisa intitulada *Retrato em verde da classe média* foi realizada em julho pela Standard, Ogilvy & Mather em São Paulo, Rio, Porto Alegre e Curitiba através de entrevistas telefônicas para identificar qual a visão da classe média brasileira sobre os problemas ligados ao meio ambiente, o papel da Rio-92, as políticas de proteção ambiental e o desempenho do governo.

Publicada no *Listening Post*, apontou que a classe média se mostra preocupada com a questão mas nem sempre consciente das suas causas e abrangência. Muito crítica em relação às autoridades, pouco se dispõe, no entanto, a fazer concessões quando são propostas medidas de proteção ao meio ambiente que interfiram na sua rotina, como em relação ao uso do automóvel.

De acordo com a pesquisa, a classe média entende a proteção ao meio ambiente como "proteção ao verde", ou seja, não destruir ou queimar as florestas. Apenas um quinto dos entrevistados vincula a questão a aspectos mais amplos, como "poluição das águas e do ar" e "proteção da fauna e dos animais em extinção".

A falta de saneamento básico

como causa da poluição foi lembrada por apenas 2% dos entrevistados.

O desenvolvimento econômico é encarado com a mesma importância da preservação ambiental. Trinta e sete por cento do total opinaram, porém, que a preocupação com o meio ambiente ainda é "um luxo" para um país subdesenvolvido como o Brasil e 83% acham que os meios de comunicação têm exagerado a gravidade dos problemas.

Há uma generalizada concordância de que o governo não dispõe de órgãos de fiscalização isentos para punir os infratores das leis ambientais. Mas a avaliação do desempenho governo e meio ambiente, apresentou um índice de 62% de aprovação.

Com relação a restrições ao uso do automóvel, os paulistas se mostraram mais receptivos que os moradores de outros estados: 53% aceitarão deixar o carro uma vez por semana e 69% concordam com o bloqueio do centro da cidade para automóveis particulares.

Do total de entrevistados, 78% sabem que a Rio-92 vai ser realizada no Brasil e 76% avaliam que a conferência trará benefícios para o país. (*Jornal do Brasil*, 21/9/91)

Empresa faz "balanço ambiental"

A BSO/Origin companhia holandesa da área de automação que controla 14 software houses no mundo, divulgou pela primeira vez um balanço ambiental juntamente com suas demonstrações financeiras.

O balanço ambiental quantificou o impacto ambiental das atividades da empresa que incluíram a participação nas emissões de gases pelos automóveis de seus funcionários e pelo consumo de eletricidade, de gás natural para aquecimento central e de aparelhos de ar condicionado em seus escritórios.

Uma metodologia especialmente desenvolvida pela empresa também estabeleceu valores para o custo do tratamento do esgoto e para os custos ambientais relacionados com o papel utilizado nos escritórios, como os de coleta, de incineração e de poluição do ar decorrente da incineração.

A Origin, apurou que sua dívida com o planeta superava muito o que tinha pago durante o ano a título de taxas de esgoto e tratamento de resíduos, inclusive ao poder público holandês, conhecido por ser um dos primeiros a instituir impostos relacionados ao meio ambiente.

O balanço ambiental apurou que durante o ano de 1990 os escritórios de Origin espalhados por 11 países (fora os do Brasil, Itália e Formosa, recém-inaugurados) registraram uma dívida ambiental de US\$ 1,2 bilhões. No mesmo período foram pagas menos de US\$ 100 mil de taxas relacionadas ao meio ambiente. Para a BSO/Origin, uma joint venture da Philips e da BSO/Becher BV, US\$ 1 milhão significa 10% de seu lucro líquido, de US\$ 10 milhões.

Com o balanço ambiental, a BSO publicou também as explicações sobre a metodologia utilizada na apuração e as limitações da tarefa de dar valor de mercado aos danos causados ao ambiente. (*Gazeta Mercantil*, 18/9/91)

Lançamento

Conversão da dívida e meio ambiente. CEDI - Global, 95 pág. Cr\$ 2.800,00

Pedidos a/c Setor de Distribuição, enviar cheque nominal ao CEDI

Poluição e devastação não são sinônimos de progresso

O Japão não quer passar para a história como principal consumidor de madeiras tropicais, baleias, golfinhos, tartarugas e presas de elefantes, mas sim como uma nação que se empenha em fazer da despoluição e restauração um bom negócio para todos. "O controle da poluição e da devastação não é inimigo do progresso e sim seu propulsor", afirma Mischio Hashimoto. Este sanitarista de 67 anos que ganhou o Prêmio Nobel Alternativo da ONU - Global 500, em 1990, vê nos US\$ 2.8 trilhões do produto bruto anual japonês o somatório de um processo que iniciou em 1868 e culminou na 2ª guerra, em 1945. "Não é casual que as piores enfermidades oriundas da contaminação ambiental tenham nome japonês, como o Mal de Minamata ou a Enfermidade de Itai-Itai. Mas quando tivemos de reconstruir nosso parque industrial depois da bomba atômica, procuramos reparar os erros" - acrescenta Hashimoto. Ele se refere à doença do mercúrio que em 53 vitimou pescadores que moravam ao redor de uma fábrica de produtos químicos e aos japoneses que morreram envenenados com cádmio na bacia do rio Jintsun. O rio sagrado Ishikari estava "tão

morto quanto o Tietê" e os complexos petrolíferos de cidades como Yokkaichi fabricavam legiões de asmáticos e portadores de doenças respiratórias.

Foi quando o país descobriu que era mais barato despoluir do que indenizar as vítimas; que o esforço de limpar o cano de escapamento de carros resultava em modelos mais baratos, econômicos e competitivos; que os novos processos de produção de cloro e soda descobertos a partir da tragédia de Minamata resultaram em custos de implantação e operação bastante inferiores (ver box).

Não que tenha havido uma conversão instantânea do empresariado ao ambientalismo. "Eles mudaram quando sentiram no bolso o custo da poluição irrestrita, através de multas e indenizações". Mas mudaram. A Keidaren, ou Federação das 110 Organizações Econômicas Japonesas adotou, há um ano, uma carta de princípios que está sendo distribuída às 500 empresas de capital japonês instaladas no Brasil. Impondo dez diretrizes ambientais rígidas, a carta visa transformar as empresas em "cidadãs da sociedade do desenvolvimento sustentável". (*Jornal da Tarde; CEDI, 7/9/91*)

Intoxicação por mercúrio - o Mal de Minamata

A cidade costeira de Minamata, no Japão, abrigava há décadas indústrias químicas de propriedade da Chisso Corporation. A partir de 1953 os pássaros começaram a perder o senso de coordenação motora, caindo das árvores ou batendo nas paredes. Os gatos também passaram a ter um comportamento estranho, correndo em círculos e atirando-se ao mar. Pouco depois a doença atingia os pescadores e suas famílias provocando tremores, estado de confusão mental, perda das funções corporais e a morte de 40% das vítimas. Em 1959 um grupo de pesquisadores autônomos demonstraram que o Mal de Minamata era causado por intoxicação por mercúrio proveniente dos efluentes líquidos das instalações da Chisso que contaminaram a bafa e os peixes, alimento básico da população. Foram necessários 10 anos para que o governo admitisse o fato e só

em 1973 a empresa iniciou o pagamento das indenizações. Em 1975, uma pesquisa epidemiológica demonstrou que 3.500 pessoas haviam sido vítimas desse tipo de intoxicação, enquanto 10.000 outras ainda poderiam apresentar sintomas nos anos seguintes.

O governo, sob o impacto da tragédia, proibiu a presença de mercúrio em despejos industriais. Como inexistia tecnologia que assegurasse a continuidade da produção de soda e cloro - matérias primas essenciais para a indústria química - com uma norma tão rigorosa, foi concedido um prazo para seu atendimento. Em poucos anos desenvolveu-se uma nova tecnologia de produção de cloro e soda - denominada célula de membrana, que, com pequenas alterações, estendeu-se a muitas outras atividades econômicas. (*Luiz Antônio Prado/Jornal do Brasil, 17/9/91*)

RIO-92

Resistência dos países ricos pode esvaziar a Conferência

O êxito da Conferência Rio-92 está ameaçado pela resistência dos países do Primeiro Mundo, notadamente os Estados Unidos, em aceitar um compromisso - que seria assinado na reunião - para eliminar gradualmente as emissões de CO₂ que destróem a camada de ozônio. As negociações que estão sendo feitas para chegar ao acordo estão sendo bloqueadas pelos mesmos países que, há um ano, denunciavam a devastação da Amazônia como um dos maiores crimes do século.

O embaixador Bjorn Skogmo, assessor especial da primeira-ministra Gro Brundtland, da Noruega, disse que as negociações estão num ritmo lento e que está havendo pouco interesse dos países industrializados em se comprometerem com a não poluição do Planeta. Há, segundo ele, um sério risco de não se chegar a acordo algum até a Rio-92.

O embaixador acrescentou, ainda, "nós achamos que uma convenção sobre o clima deve conter compromissos de todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, no sentido de limitar as emissões de CO₂. Mas até agora não há movimento algum dos países-chaves para que isso aconteça". (*O Globo, 24/9/91*)

Vitória poderá fornecer papel reciclado para a Rio-92

Durante a Rio-92, que entre outros temas deverá tratar de questões envolvendo a destinação de sucata e lixo urbano, a prefeitura de Vitória-ES será muito lembrada. O papel a ser utilizado durante o evento deverá ter origem na usina de reciclagem de lixo da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), onde além de material de escritório para uso em órgãos públicos estão sendo produzidos livros e cadernos escolares para a rede municipal.

Segundo o prefeito de Vitória, Vitor Buaiz (PT), o projeto de reciclagem do lixo, implantado há dois anos, "já provocou uma redução de 40% na geração do lixo orgânico". (*Gazeta Mercantil, 17/9/91; CEDI, 23/9/91*)

VIOLÊNCIA NO CAMPO

A impunidade impera no Sul do Pará

- O Tribunal de Justiça do Pará soltou, no dia 13 de agosto, Paulo Cesar Ferreira, acusado do atentado a Carlos Cabral, o atual presidente do Sindicato de Tabalhadores Rurais (STR) de Rio Maria. O habeas corpus foi concedido por "excesso de prazo", isto é, não se tocou o processo até que expirasse o prazo de 81 dias para se completar a instrução.
- Em 26 de agosto, o juiz de Rio Maria, José Cândido Moraes, revogou a prisão preventiva de José Herzog, o Zezão, pistoleiro que matou o trabalhador rural Belchior Martins Costa, em 1982. A próxima audiência do caso está marcada para o dia 8 de outubro.
- Também em 26 de agosto fugiu da cadeia de Curionópolis o sol-

dado da PM José Ubiratan Matos Ubirajara, processado pela morte dos irmãos Canuto e de Braz Antônio de Oliveira, membros do STR de Rio Maria e vinculados ao PC do B, assassinados em abril de 1990. Na mesma ocasião, fugiram também os pistoleiros Marivaldo Ribeiro da Silva (Pássaro Preto) e José Ribamar Rodrigues Lopes, acusado de matar a Irmã Adelaide Molinari. Ubirajara foi recapturado pela polícia estadual no final de setembro, em Marabá.

- No dia 16 de setembro foi libertado o fazendeiro Jerônimo Alves Amorim, acusado de mandante do assassinato do presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza (em 2/2/91). (CEDI, 30/9/91)

Dados da violência

Um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresenta as conseqüências da ação do crime organizado no campo: entre 1987 e 1990, nos municípios paraenses atendidos pela diocese de Conceição do Araguaia, foram mortas 56 pessoas; ameaçadas de morte 132 pessoas; feridas e espancadas 137; 463 famílias foram despejadas; 51 casas foram queimadas; 174 trabalhadores rurais foram presos ou detidos; 1.589 homens foram retidos em cárcere privado ou trabalho escravo. (Cadernos do CEAS, jul/ago 91)

Ameaças e atentados contra assessores do CNS

Vários líderes e assessores do CNS estão sendo ameaçados, sendo que Pedro Ramos de Souza, vice-presidente do CNS, e Antônio Batista Macedo, assessor do Conselho que atua na Reserva Extrativista do Alto Juruá, sofreram atentados recentemente.

Não se pode crer que é acaso ou coincidência a relação desses episódios com três das quatro Reservas Extrativistas criadas na Amazônia. Sobre essas áreas tramitam atualmente processos de demarcação de seus perímetros, sendo a

Reserva Chico Mendes a primeira em que a demarcação está sendo efetivada, tendo o Exército já iniciado os trabalhos de topografia, com vistas a implantação dos marcos que conformarão seus limites. Ali, grandes proprietários estão tendo seus interesses contrariados com a criação e demarcação da Reserva. Pode-se prever que os conflitos na área recrudescerão, se medidas preventivas urgentes não forem tomadas pelos governos federal e estadual. (Instituto de Estudos Amazônicos, 19/9/91)

□ Gumercindo Rodrigues, assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros, baleado no último dia 17, está internado no Hospital São Paulo (SP), para uma cirurgia no maxilar atingido por uma bala, que se dividiu em dois fragmentos. Seu estado geral é bom, e ele deve estar de volta ao Acre em novembro. Gumercindo atua na Reserva Extrativista Chico Mendes e na cooperativa de beneficiamento de castanha, em Xapuri. (CEDI, 27/9/91)

Viúvas de assassinados organizam movimento

As viúvas de trabalhadores e líderes sindicais assassinados no Pará reuniram-se em Xinguara (PA) em 20, 21 e 22 de setembro de 1991, com a finalidade de se organizarem para lutar e pedir justiça.

Em carta aberta ao País, protestam pela soltura de Jerônimo Alves Amorim, mandante do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza. Este ato, segundo elas, demonstra mais uma vez que os fazendeiros são privilegiados pela justiça. (CEDI, 30/9/91)

Polícia liberta trabalhadores escravos

Policiais federais libertaram 200 trabalhadores rurais que estavam impedidos de sair da fazenda Popil King Rancho, às margens da Rodovia PA-150, no Pará. O proprietário da fazenda é José Tavares Lopes, de Juazeiro do Norte (BA). Em Curionópolis (PA), a PF libertou 190 trabalhadores (incluindo 5 mulheres e 12 menores) mantidos em regime de escravidão na Fazenda Padre Cícero e prendeu duas pessoas. (O Estado de S. Paulo, 27/9/91; O Globo, 17/9/91)

Habeas corpus libera camponeses presos

O Tribunal de Justiça do Pará concedeu, no dia 16 de setembro, habeas corpus para sete trabalhadores rurais sem terra que se encontravam ilegalmente presos desde 7 de junho, em Marabá (PA).

O episódio ganhou repercussão nacional após o diretor do Departamento da Polícia Federal, Romeu Tuma, ter afirmado que os presos haviam feito treinamento de guerrilha em Cuba. Posteriormente essa declaração foi desmentida. (CEDI, 30/9/91)

Canavieiros de Pernambuco iniciam greve

A zona canvieira de Pernambuco amanheceu parada no dia 30 de setembro. Os 250 mil trabalhadores rurais, empregados em 7 mil engenhos e 42 usinas de açúcar, resolveram entrar em greve porque os patrões sequer ofereceram proposta de aumento. Os fornecedores de cana, sob a alegação de que precisavam de uma negociação diferenciada, nem participaram da reunião na Delegacia Regional do Trabalho, no último dia 27. Os usineiros, por sua vez, ofereceram um piso salarial aos trabalhadores de Cr\$ 46.500,00 ou seja, Cr\$ 300,00 a mais do que a categoria recebe anualmente. Os trabalhadores reivindicam Cr\$ 82.500,00 mensais, e que o salário seja 25% superior ao mínimo vigente no país.

"A greve foi o último recurso diante da intransigência dos patrões", afirmou o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agri-

cultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, acreditando que a adesão da categoria vai ser "total". Acostumado com a dificuldade de negociar com os patrões, José Rodrigues disse que este ano usineiros e fornecedores de cana "bateram recorde", ressaltando a decisão dos fornecedores de cana de não aceitarem sentar-se à mesa com os usineiros porque "não tinham condições financeiras para competir no mesmo nível dos usineiros". Entre as 67 reivindicações, estão direitos elementares como o acesso à água potável nos locais de trabalho e o cumprimento da legislação existente, como é o caso do salário família, da estabilidade da mulher gestante, do adicional de insalubridade e da lei do sítio (que obriga as usinas a fornecerem dois hectares de terra aos trabalhadores, para lavoura). (*Jornal do Brasil*, 30/9/91)

Dívida social dos usineiros

O débito superior a Cr\$ 408 bilhões com o governo federal não é o maior dos usineiros nordestinos, no entendimento de representantes de 3 milhões de canavieiros de sete países, que encerraram em Recife, em 22/9, o 1o. Seminário Internacional de Trabalhadores do Açúcar. Eles consideram que a dívida social dos produtores é bem maior, já que os camponeses da região canvieira do Nordeste vivem em situação semelhante à das Filipinas e República Dominicana, classificadas como as piores do mundo.

"A nível internacional, os produtores de açúcar e álcool do Brasil, transmitem a imagem de tecnologicamente avançados e economicamente poderosos", afirma o documento final, acrescentando ser lamentável que o lucro desses capitalistas seja obtido através da superexploração de seus trabalhadores. (*Jornal do Brasil*, 23/9/91)

Ato público pela integração dos povos da AL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento Agrário de Misiones e a Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (Crab), estão convocando um ato público para o dia 12 de outubro, em San Javier, Argentina, contra a construção de grandes barragens e contra o modelo de integração que está sendo implantado pelos governos dos países do Cone Sul. (*CEDI*, 30/9/91)

Bahia vai criar delegacia para conflito rural

O governo baiano criou a delegacia rural, que ficará responsável pelo policiamento das áreas de conflito de terras no estado. A BA é o segundo estado do país em índice de violência no campo, depois do Pará. Somente este ano, já ocorreram 36 conflitos, resultando em sete mortes. Vão ser criadas quatro unidades inicialmente. O secretário de Segurança da BA, Sérgio Habib, declarou que a delegacia não será voltada para "proteger latifundiários" e sim para investigar e punir os responsáveis por todo tipo de crimes ocorridos na zona rural. (*O Estado de S. Paulo*, 18/9/91)

Trabalhadores atingidos por barragem no CE reivindicam direitos

Cerca de 500 famílias de trabalhadores rurais serão desalojadas pela construção da barragem no rio Trussu, município de Iguatu (CE). A obra já está em estágio adiantado e famílias atingidas ainda não tiveram nenhum de seus direitos garantidos. A construção teve início em outubro de 1990, sem que os trabalhadores fossem sequer avisados. Passados dez meses, casas já foram derrubadas, terras invadidas e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), órgão responsável pela obra, não pagou nenhuma indenização, nem assumiu qualquer compromisso formal que assegurasse os direitos dos trabalhadores.

Além disso, o DNOCS autorizou a construtora EIT a dar início à obra sem aprovação do Estudo de

Impacto Ambiental (EIA), condição que a Constituição brasileira estabelece para qualquer obra deste porte. Ainda desrespeitando a legislação vigente, o DNOCS encaminhou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) incompleto, obtendo um parecer desfavorável, o que impediu legalmente o início da obra.

Os trabalhadores afirmam não serem contra a construção da barragem, mas exigem que a construção da obra não tenha continuidade até que o processo seja feito de forma correta, incluindo a justa indenização de suas terras ou a demarcação de uma área para seu assentamento, com indenização de suas benfeitorias. (*CEDI*, 30/9/91)

Crab realizou 5ª Assembléia Geral

Nos dias 20, 21 e 22 de setembro, a Crab - Comissão Regional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (SC/RS) - realizou em Palmitos (RS) sua 5ª Assembléia Geral com a participação de 110 delegados dos atingidos.

Dentre outras resoluções, a As-

sembléia exigiu do governo a participação na elaboração do Plano Nacional de Energia Elétrica 1992/2015, ou Plano 2015, documento que está sendo elaborado pelo governo e que orientará as ações do setor elétrico até o ano 2015. (*CEDI*, 30/9/91)

“Boff critica Vaticano e desiste”

Jornais usam e deturpam carta pessoal de Leonardo Boff

Uma notícia movimentou as páginas de jornais em todo o mundo na última semana de setembro: Leonardo Boff desistiu. A informação foi veiculada no Brasil pelo *Jornal do Brasil*, através da reprodução de uma matéria publicada pelo jornal *El País* (Espanha), com base em trechos de uma carta de Boff dirigida em abril ao prelado dos franciscanos Hermann Schaeleuck.

“Conseguiram matar minhas esperanças, o que é pior do que perder a fé. Eu desisto. A Companhia de Jesus e o Santo Ofício venceram”. Essas palavras registradas na carta redigida pelo teólogo após seu afastamento da direção da revista *Vozes*, levaram à interpretação comprometida da imprensa de que Boff havia desistido da Teologia da Libertação.

Afirmção "ridícula" - Numa entrevista em Bruxelas (Bélgica),

após a publicação da "bomba", Boff afirmou que a carta tinha caráter pessoal e não deveria ter vindo à público. Ele afirmou que ela foi escrita "em um momento difícil, quando tive que deixar a redação da *Vozes* sem nem um breve diálogo". Sobre sua "desistência da Teologia da Libertação", Boff declarou que a afirmação "é ridícula". Apesar de se recusar a revelar o conteúdo da carta, alegando que ela é pessoal, o teólogo diz que em nenhum momento pensou em abandonar suas idéias.

Os trechos da carta que foram publicados revelam uma crítica contundente ao Vaticano e ao prefeito para a Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, quem Boff considera responsável por seu afastamento da editora e da docência.

Teologia contextualizada - Boff chega a comparar a censura e a per-

seguição que sofre por parte do Vaticano com as práticas dos regimes militares. "Nas redações dos jornais e revistas no tempo da ditadura, sempre havia os incansáveis censores, mas devemos ter censores em nossas redações?". E continua: "A prática da intervenção e da censura desmoraliza a Igreja, que durante anos vem lutando contra tais formas arbitrárias de comportamento, que se opõe aos direitos humanos".

Apesar de afirmar na carta que a intervenção do Vaticano é um "ato de violência, e a violência sufoca parte do espírito", Boff foi enfático na entrevista: "Não vou deixar de defender a Teologia da Libertação, que é mais atual do que nunca, no sentido de que hoje a relação que predomina é Norte-Sul, entre ricos e pobres". (*Jornal do Brasil*, 26 e 27/9/91 e *Folha de S. Paulo*, 27/9/91)

CNBB: "Emendação é como Frankenstein"

O secretário geral da CNBB, d. Antonio Celso de Queiroz, disse que a CNBB participará da articulação de entidades civis para mobilizar a sociedade contra o Emendação.

Mais do que proposta de alterações na Constituição, segundo d. Antonio Celso, o Emendação é uma ameaça do Governo ao cidadãos. "O Emendação é como o Frankenstein. Dizem que é um monstro que existe mas ninguém sabe exatamente como é. Cada hora apresentam um texto diferente", comparou o bispo. (*O Globo*, 26/9/91)

Amaral Neto lança livro e critica CNBB

Defensor ardoroso da pena de morte, o deputado federal Amaral Neto (PDS-RJ) lançou o livro *A Pena de Morte*. No livro de 22 capítulos, o deputado dá uma resposta contundente aos adversários da pena de morte. Ele faz críticas à CNBB, mais especificamente a d. Luciano Mendes de Almeida, a frei Betto, a quem chama de "fradeco" e a diversas pessoas e grupos defensores da vida. (*O Globo*, 19/9/91)

Visita do Papa ao Brasil terá infra-estrutura bilionária

Um espetáculo bilionário aguarda o papa João Paulo II em sua segunda visita ao Brasil, a partir do próximo dia 12. O papa rezará missas campais em altares gigantescos, especialmente construídos para o evento, decorados com milhares de metros de veludo e linho, e sua mensagem alcançará dezenas de quilômetros, levada por toneladas de equipamentos de som produzidos por empresas acostumadas a grandes eventos - shows de rock a desfiles de escola de samba.

Os gastos nas dez cidades que receberão o chefe da Igreja Católica somam cerca de Cr\$ 7 bilhões. Encabeça a lista Maceió, terra do presidente Fernando Collor, que gastará Cr\$ 3 bilhões - ou Cr\$ 1 bilhão por cada uma das três horas em que o papa permanecerá na cidade -, consumidos basicamente na construção de um anfiteatro.

E a realidade? - Segundo o presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, o Papa volta ao Brasil dez anos depois de sua primeira visita, e encontrará um país mais pobre. "Infelizmente, a pobreza, em vez de diminuir, tornou-se mais forte, mais dura. Hoje há mais população na faixa de miséria. Isso significa uma distribuição injusta de bens e, em terminologia teológica, há um endurecimento do coração", reconhece d. Luciano.

O bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti (RJ), d. Mauro Morelli, disse que a visita do Papa ao Brasil poderá servir à Igreja para "repensar" sua missão de evangelização. "Hoje, a tentação da Igreja parece ser a adoração ao poder", observou d. Mauro. (*Jornal do Brasil*, 24 e 29/9/91 e *O Globo*, 22/9/91)

A Teologia se fez Terra

117 pág. — Cr\$ 1.900,00

Importantes experiências pastorais da terra produziram um rico manancial de reflexões teológicas acerca da questão agrária, reunidos em livro recentemente lançado pelo CEDI em co-edição com a Sinodal. Enviar cheque nominal ao CEDI - a/c Setor de Distribuição

A caminho do 8º Intereclesial de CEBs

Ecumenismo foi o tema do último seminário de preparação para o 8º Intereclesial de CEBs promovido pela diocese de Santa Maria (RS). O 8º Intereclesial será realizado em setembro de 1992 na cidade de Santa Maria. Diversos seminários têm sido realizados com a intenção de aprofundar os temas que envolvem a caminhada das CEBs no Brasil.

O seminário sobre Ecumenismo foi realizado nos dias 28 e 29 de setembro nas dependências do Colégio Metodista Centenário e contou com a participação de 60 pessoas das Igrejas Católica, Metodista, Evangélica de Confissão Luterana e Anglicana. A temática foi centrada na história do movimento ecumênico; suas diversas formas de realização; fundamentação bíblica e teológica; as práticas das igrejas frente ao ecumenismo e os limites e desafios do avanço da unidade cristã. O encontro foi assessorado pelo padre Marcelo Barros de Souza, pelo prof. Jether Ramalho e pelo pastor metodista Claudio de Oliveira Ribeiro.

Antes do evento, a convite do bispo diocesano d. Ivo Lorscheider, padres da Igreja Católica e pastores das Igrejas Metodista, Evangélica de Confissão Luterana, Anglicana e Evangelho Quadrangular, reuniram-se fraternalmente para troca de experiências. (CEDI, 30/9/91)

Clai e Conic realizam consulta sobre os "500 anos"

Uma promoção conjunta do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) reuniu representantes das Igrejas Católica, Metodista, Evangélica de Confissão Luterana, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Episcopal Anglicana e Evangélica Árabe, para a consulta *As Igrejas e os 500 anos* (São Paulo, 27 e 28 de setembro).

A consulta teve por objetivo uma consideração conjunta sobre o significado do próximo quinto centenário de evangelização do continente latino-americano, através de uma avaliação das características das práticas evangelizadoras e suas consequências positivas ou negativas.

Outro objetivo foi o intercâmbio de informações sobre os projetos que as igrejas têm para os próximos anos no Brasil, com o propósito de levar a uma tomada de posição sobre a problemática dos "500 anos".

Como conclusão dos debates, os representantes das igrejas elaboraram uma declaração ecumênica e uma série de recomendações às organizações que convocaram a consulta, tendo em vista os próximos anos de atividade evangelizante das igrejas e a necessidade de se equiparem melhor para a promoção de

uma sociedade mais justa.

Algumas das recomendações:

- Que o Conic inclua no tema da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos de 1992 a preocupação com os "500 anos";
- Que o Clai reconheça a necessidade de que todas as publicações do Programa de 500 anos sejam editadas também em português, para que possam ser utilizadas nas comunidades;
- Que o Conic e o Clai-Brasil criem uma comissão visando divulgar e agilizar a reflexão crítica sobre os 500 anos.
- Que as igrejas apoiem as iniciativas e os movimentos e programas que buscam resgatar a memória e a dignidade dos grupos que têm sido marginalizados nestes 500 anos: indígenas, negros, sem-terra, crianças, mulheres e outros;
- Que as igrejas zelem para que seus programas para o futuro reflitam mais claramente o seu compromisso ecumênico, buscando a unidade desejada por Jesus e respeitando sua prática, como na resposta a João: "quem não está contra nós, está a nosso favor" (Mc 9.38-40). (CEDI, 30/9/91)

Declaração da Consulta *As Igrejas e os "500 anos"*

Nós, representantes oficialmente designados pelas igrejas filiadas ao Clai e ao Conic, reunidos no Centro Missionário José Allamano, em São Paulo, nos dias 28 e 29 de setembro de 1991, tendo em vista que em 1992 se completarão 500 anos de presença e dominação branca no continente latino-americano,

- reconhecemos e confessamos nossa participação nos processos históricos que geraram a destruição dos primeiros povos que habitaram o nosso continente e de suas culturas e que resultaram na exploração predatória dos recursos naturais;

- constatamos que as igrejas ainda não adquiriram uma cons-

ciência plena do que têm significado a sua presença e missão no passado e no presente dos nossos povos;

- recusamos qualquer celebração desses 500 anos que não inclua uma reflexão crítica diante do processo de dominação que ainda hoje marginaliza milhões de pessoas em nossos países;

- lembramos com ações de graças as muitas vozes proféticas que no passado e no presente se levantaram, em nome do Evangelho e da vida, em favor da justiça e da dignidade humana;

- dispomo-nos a ouvir com humildade o que o Espírito Santo está nos dizendo hoje sobretudo através "da voz do sangue que clama da terra" pela vida (Gênesis 4.10);

- reafirmamos o nosso compromisso ecumênico com uma nova prática evangelizadora, que seja efetivamente boa nova para os que estão à margem dos processos sociais, especialmente as nações indígenas, os negros, os sem-terra, as crianças e as mulheres.

À luz destas disposições comuns comprometemo-nos a convocar nossas igrejas que aproveitem o momento histórico do Quinto Centenário para um novo engajamento - em sintonia com outros grupos e movimentos empenhados na promoção da vida - na construção de uma sociedade onde impere a fraternidade, a justiça e o direito dentro do espírito do Reino de Deus.

O golpe do cineasta

Jean Pierre Dutilleux, cineasta belga - que se tornou conhecido por suas viagens, em 1989, com Raoni e Sting pela Europa com o objetivo de coletar fundos para demarcar a terra dos Kayapó - criou recentemente a Fondation Amazonie "para salvar a Amazônia". As informações sobre o projeto do cineasta constam de um dossiê elaborado e distribuído pela agência de relações públicas Dialogic. Dutilleux adotou duas regiões da Amazônia para promover sua proteção junto a doadores europeus: a área de índios isolados entre os rios Jordão e Envira (AC) e o alto Solimões (AM). O orçamento desses dois projetos, previsto para cinco anos, é de 167 milhões de francos belgas, isto é 2,2 bilhões de cruzeiros.

Um terceiro projeto é para um filme "As últimas tribos da floresta" sobre índios isolados: os Guajá (MA), os Poturu (PA), os Masko (AC), os isolados do Guaporé, os isolados do Vale do Javari e os ín-

dios desconhecidos do rio Liberdade próximo dos Kayapó (PA). O custo deste projeto seria de 12,12 milhões de francos belgas, equivalente a 164 milhões de cruzeiros.

Lotes de proteção com diploma - Cada doador será agraciado com um "diploma" localizando a parte da floresta que salvou, de acordo com uma tabela: uma doação de 1.000 francos belgas salva um km² no Alto Solimões durante três anos; uma de 1.500 francos belgas salva a mesma porção por cinco anos; 2.000 francos belgas salvam um km² no Acre por um ano e 10.000 francos belgas salvam a mesma porção por cinco anos.

O jornal *Le Soir*, dos dias 6-7 de setembro, anunciou um jantar de recolhimento de fundos para o dia 20 do mesmo mês em um hotel em Bruxelas, com o preço fixado em 2.500 francos (33.900 mil cruzeiros). Estava anunciada a presença de Raoni, que não ocorreu. A coti-

zação para se tornar membro honorário da Fundação estava fixada em 25 mil francos (339 mil cruzeiros).

É difícil acreditar nas boas intenções de Dutilleux; um projeto nesses termos revela alta dose de má fé. Nenhum dos objetivos descritos podem ser alcançados por projetos particulares, como por exemplo, a criação de um Parque Nacional e a demarcação de terras indígenas dependem de decisões políticas do governo brasileiro e falta de verbas nunca foi o principal problema para garantir a preservação ambiental e das terras indígenas.

Sidney Possuelo, presidente da Funai, quando soube, através do documento divulgado pela Dialogic, que Dutilleux o colocava como "responsável direto" pelos projetos, cancelou todas as autorizações para filmagem em áreas indígenas anteriormente concedidas ao cineasta. (CEDI, 26/9/91)

Impasse na questão dos Xokleng atingidos por barragem

Os índios Xokleng da Área Indígena Ibirama, no município de José Boiteux, SC, ocupam, desde junho do ano passado, o canteiro de obras da Barragem Norte como forma de pressão para o pagamento da indenização de Cr\$ 1,8 bilhões em dinheiro e construções de casas e escola para a comunidade. Essa exigência dos índios é para compensar os transtornos causados pela inundação de parte de suas terras, em 1974, pela barragem de contenção de cheias do rio Itajá.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional, órgão do governo federal que substituiu o extinto Departamento Nacional de Obras contra a Seca, na negociação com os Xokleng, oferece Cr\$ 180 milhões em dinheiro e Cr\$ 77 milhões em obras. Os índios não aceitam essa quantia, e se recusam a sair.

A situação ficou mais tensa porque o governo cortou a água e luz do canteiro e ameaça com o despejo. (CEDI, 30/9/91)

Garimpo desvia leito de rio e invade área dos Nambiquara

Aproximadamente 1.800 garimpeiros com 225 dragas estão no córrego Água Suja, limítrofe com a Área Indígena Sararé. Os garimpeiros estão desviando o leito do rio e invadindo a área dos índios Nambiquara. O córrego encontra-se com suas águas barrentas e totalmente poluídas por óleos e graxas, além de estar sendo depositado em seu leito, resíduos provenientes da lavagem do cascalho, provocando o entupimento do canal e fazendo com que as águas se espalhem alagando uma parte da mata na margem esquerda,

dentro da reserva.

A abertura de enormes crateras na margem do córrego, bem próximo ao canal poderão vir ser inundados formando lagos, que poderão se tornar focos de disseminação de doenças.

A poluição sonora provocada pelos motores afugenta os animais silvestres que vivem ali. Quem faz essa denúncia é o chefe de Posto Indígena Sararé, através de relatório à Administração Regional da Funai em Vilhena. (CEDI, 30/9/91)

Você pode participar da reformulação do Estatuto do Índio

O Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) está divulgando uma proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas. A proposta tem a forma de um texto legal, e é uma contribuição do NDI para as discussões em torno da elaboração de um novo Estatuto do Índio.

Os interessados em participar com críticas e sugestões, através da leitura dessa proposta, escrevam ao NDI - SCS

Quadra 06, sala 303
Ed. José Severo
CEP 70300, Brasília, DF
tel: (061) 226-3360.

No dia 15 de outubro o texto será encaminhado ao Congresso Nacional e as sugestões devem chegar antes desse prazo. (NDI, 26/9/91)

Yanomami: faltam 20 dias

Faltam 20 dias para acabar o prazo de 180 que o presidente Fernando Collor definiu no dia 19 de abril, para demarcar a terra Yanomami. A Funai fez sua parte definindo o território e publicando sua proposta no Diário Oficial, no dia 25 de julho passado. (CEDI, 30/9/91)

Restam mil garimpeiros na área Yanomami

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, participou da reunião setorial dos ministros com o presidente Fernando Collor, no dia 30 de setembro e informou que em 15 dias serão retirados os últimos garimpeiros da área Yanomami, em Roraima. Retornando de uma visita à região, Possuelo informou que restam no máximo 500 garimpeiros concentrados em três grotões. "Agora os garimpos não são mais obstáculos para o início da demarcação da reserva Yanomami com 9,4 milhões de hectares de área", afirmou Possuelo. (Jornal de Brasília, 1/10/91)

Morre o professor Egon Schaden

No dia 17 de setembro, o professor Egon Schaden morreu em consequência de um atropelamento, em São Paulo, aos 78 anos de idade.

Professor de antropologia da Universidade de S. Paulo, estudioso da cultura Guarani, Egon Schaden notabilizou-se pelo estudo da mudança cultural entre os índios do Brasil; sua vasta obra soma mais de 40 títulos, tornando-se instrumento indispensável ao estudioso da etnologia brasileira. (CEDI, 30/9/91)

Índios Mura revoltados com fazendeiro

Em Autazes (AM), os Mura queimaram a casa-flutuante do fazendeiro Elomar Cavalcante Tupinambá e queimaram 27 reses de seu rebanho, revoltados porque ele não cumpriu uma ordem judicial de desapropriação de parte de suas terras. No ano passado, Elomar agrediu o líder da comunidade, Arnaldo Mura, responsável por uma das menores áreas indígenas (2,5 mil ha) do país. (Jornal do Brasil, 24/9/91)

Venezuela transforma território dos Yanomami em área de preservação

O presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez assinou, na primeira quinzena de setembro, dois decretos que transformam a área dos 14 mil Yanomami que vivem na Venezuela em Reserva da Biosfera e em Parque Nacional. "O principal é preservar e compreender o modo de vida dos índios", afirmou Pérez depois de assinar os decretos que, entre outras coisas, prevêm o controle das missões religiosas. "O proselitismo religioso assim como a colonização e a mineração serão eliminados da área Yanomami", completou.

A decisão venezuelana de preservar os 83 mil quilômetros quadrados, colocou o destino dos índios nas mãos de um comitê representado por todos os ministérios e pela sociedade civil. O comitê será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis que, na Venezuela, cumpre o papel destinado à Funai no Brasil. Além da Reserva da Biosfera do Orinoco Superior Casiquiare, o governo da Venezuela protegeu a região com outra figura de preservação, a do Parque Nacional Parima-Tapirapeco. (Veja, 24/9/91)

Funai envia ao ministro mais quatro áreas

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, enviou ao ministro Jarbas Passarinho, os estudos de mais quatro áreas indígenas, para serem analisadas pelo ministro. As propostas foram publicadas pela Funai, no Diário Oficial, dia 27 de setembro. As áreas indígenas aprovadas pela Funai são:

Área Indígena Kampa do Rio Amônia, com 91.200 hectares no município de Cruzeiro do Sul, Acre, em cujas terras permanecem 12 famílias de posseiros, entre eles Nanci Freitas, ligado ao narcotráfico e denunciado pelos líderes Kampa, Antonio Pianko e seu filho Moisés, que estiveram em Brasília, no mês de agosto último. Esses líderes ao voltarem para o rio Amônia, foram acompanhados por dois funcionários da Funai que levaram a indenização aos posseiros, para saírem da área. Os índios estão sob ameaça de Nanci, cujo filho tentou matar o líder seringueiro Antonio Macedo, dizendo que iria "acertar" Antonio e Moisés, assim que pu-

desse.

Área Indígena Guasuti dos Kaiowá, no município Aral Moreira, MS, com 930 ha. Apesar da pequena extensão é importante o reconhecimento dessa terra, que assim como outras áreas Guarani sofrem intensa pressão dos fazendeiros locais.

Área Indígena Paumari do Rio Ituxi, com 6.700 hectares, no município de Lábrea, AM, para os índios Paumari.

Área Indígena Kaxarari com 2.423 hectares, nos municípios de Labrea, AM e Porto Velho, RO. Essa extensão é complementar à terra dos Kaxarari que já foi demarcada em 1987, com uma superfície de 143.446 ha, quando foi excluída parte relevante da área, denominada Pedreira ou Igarapé Azul. A pedreira dessa área passou a ser explorada pela Mendes Junior logo após a demarcação. E agora a Funai propõe sua reincorporação ao território Kaxarari. (CEDI, 30/9/91)

Tapirapé contra garimpo

Um grupo de índios Tapirapé seguiu na segunda semana de setembro, até a região conhecida como serra do Urubu Branco, para tentar convencer os garimpeiros que estão trabalhando naquela área a deixarem pacificamente o local. Na região da serra do Urubu Branco ficava a antiga aldeia Tapirapé de onde tiveram que fugir do ataque

Kayapó, em 1959. Foram para a foz do rio Tapirapé, que é hoje a Área Indígena Tapirapé/Karajá, no município de Santa Terezinha/MT

A serra de Urubu Branco abriga o cemitério dos seus antepassados. Todos os anos os Tapirapé vão para essa região para pegar material necessário à fabricação de flechas e artesanato. (CEDI e C B, 22/9/91)

Vigiar o Fundo

As entidades sindicais dos trabalhadores têm o direito de acionar a fiscalização do Ministério do Trabalho para obter informações sobre depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou a Justiça do Trabalho, sempre que se constate que a empresa não está depositando corretamente. Os sindicatos também podem solicitar informações das contas do FGTS dos trabalhadores a eles vinculados. A decisão do Conselho Curador - através da Resolução 48 - ao permitir a participação dos sindicatos na fiscalização, levou em consideração as dificuldades dos trabalhadores em verificar os depósitos que são feitos mensalmente. (Folha de S. Paulo, 29/9/91)

Esta é a nossa reserva moral?

Do ministro do Trabalho e Previdência Social, Antonio Rogério Magri: "Podem falar muitas coisas sobre mim, mas não podem dizer que sou incompetente, porque não fiz nenhuma trapalhada no Ministério, nenhuma portaria que merecesse a repreensão do presidente. Portanto, sinto-me à vontade no governo, porque faço parte da reserva moral deste País". (O Globo, 1/10/91)

Federação dos Vigilantes deixa a Força Sindical

Fundada em março deste ano, a Força Sindical sofreu uma de suas primeiras baixas. O presidente da Federação dos Vigilantes do Estado de São Paulo, Reginaldo Mendes, enviou ofício ao presidente da Central, Luis Antonio de Medeiros, comunicando a desfiliação da Federação e de 11 sindicatos ligados à entidade. O sindicato de São Paulo também deve confirmar seu desligamento da entidade. As entidades desfiliações representam aproximadamente 120 mil trabalhadores. Tanto o presidente da Federação quanto do sindicato de São Paulo fazem parte da direção da Central no estado. Os vigilantes afirmam que a entidade "até a presente data não apresentou na prática os resultados esperados pelo que preconiza a sua carta de princípios". (Diário do Grande ABC, 26/9/91)

A Previdência é viável, diz a CUT

A Previdência Social trabalha com somente 40% de sua capacidade total de arrecadação, porque os outros 40% são sonegados pelas empresas e 20% desaparecem através de atos de corrupção. A denúncia é do diretor do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), órgão da CUT, Jocélio Drummond, baseado em estudos e estimativas do próprio governo.

Segundo Drummond, os dados mostram que um quinto dos benefícios pagos pela Previdência são fraudados. Outra denúncia do INST é que 15% do orçamento arrecada-

do pela União não é repassado para a Previdência, conforme relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal. "A Previdência Social não é deficitária como quer o Governo, apesar de toda a sonegação e corrupção". A CUT é contra a privatização da Previdência que está no Emendão, como parte do projeto de reforma tributária do governo. "Queremos uma Previdência pública que assegure um atendimento de boa qualidade e sob o controle dos trabalhadores", disse o diretor do INST. (Diário Popular, 1/10/91)

Metalúrgicos querem concessão para Rádio dos Trabalhadores

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, pediu audiência ao presidente Fernando Collor, para formalizar requerimento pelo qual o sindicato pedirá a concessão de uma emissora de radiodifusão, já conhecida no ABC como Rádio dos Trabalhadores. "Os trabalhadores brasileiros querem, podem e têm direito à operação de emissoras de rádio e televisão" - afirmou. Sindicalistas da região formaram a Fundação de Comunicação, Cultura e

Trabalho, que elaborou projeto de radiodifusão educativa que vai ser entregue diretamente ao presidente. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi a primeira entidade sindical a requerer, em 1987, concessão ao Ministério das Comunicações. Em 1988, horas antes da promulgação da Constituição, o governo distribuiu cerca de 500 concessões e o sindicato acabou sendo preterido, segundo Vicentinho, por critérios políticos. (Diário do Grande ABC, 22/9/91)

Sindicalistas contra venda da Usiminas

A CUT, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e representantes da Força Sindical, traçaram ontem em Ipatinga (MG) uma estratégia de resistência à privatização da Usiminas, que inclui distribuição de panfletos em todo país além de participação em atos públicos no Rio (dia 9) e em Ipatinga (dia 14).

No dia do leilão irão convocar os operários da Usiminas para par-

ticipar de uma "vigília" nas portas da usina. O assessor de imprensa do sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga, Nivaldo Resende, disse que a tese de ocupação da empresa não está descartada. "Achamos que não há clima entre os empregados para ocupar a siderúrgica, mas essa é uma tese que deverá evoluir até o dia do leilão", disse. (Folha de S. Paulo, 2/10/91)

CUT unifica campanhas salariais

A Central Única dos Trabalhadores vai unificar as lutas salariais das categorias profissionais do estado de São Paulo com datas-base em 1º de novembro, adotando a mesma prática de setembro com as campanhas conjuntas dos petroleiros e bancários em nível nacional. Os sindicatos dos metalúrgicos,

químicos, plásticos e estatais paulistas filiados à CUT decidiram em plenária, que reuniu 197 dirigentes sindicais de 87 entidades, discutir uma pauta comum de reivindicações tendo como eixo a reposição salarial e a implantação do contrato coletivo de trabalho. (Diário Popular, 1/10/91)

Sindicalistas do PDT se aliam à Força Sindical

Sindicalistas do PDT poderão abandonar a CUT a qualquer momento. O acordo entre o governador Leonel Brizola e o sindicalista Luís Antonio de Medeiros, interlocutores freqüentes, começa a se traduzir num golpe desferido por Brizola contra o PT e a central sindical onde o partido de Lula é hegemônico. O caminho natural do PDT será a Força Sindical presidida por Medeiros. Há um enfrentamento entre os sindicalistas do PDT que defendem a manutenção da filiação à CUT e uma corrente que quer ter a Força Sindical como referência.

Medeiros vem se movimentando com agilidade no cenário sindical desse estado. O confortável trânsito de Medeiros junto aos gabinetes do governo Collor tem facilitado a sua tarefa. A partir de entendimento com o ministro da Infra-Estrutura, João Santana, ele conseguiu a reintegração de 11 funcionários da Light, afastados durante recente movimento grevista. O alvo foi o Sindicato dos Urbanitários dirigido pelo deputado estadual

do PDT, Luiz Carlos Machado. Este defende com ardor a independência do sindicato em relação às centrais sindicais. Candidato à reeleição permitiu que a FS montasse a assessoria jurídica da chapa que irá encabeçar contra a outra apoiada pela CUT.

Outra investida de Medeiros foi no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, onde Luís de Oliveira e outros seis dirigentes sindicais trocaram a Articulação, corrente majoritária no PT e na CUT, pelo PDT e a Força Sindical. A montagem da troca envolveu a participação direta de Medeiros, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, e a disposição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vinculada ao Ministério da Infra-Estrutura, em conceder uma antecipação salarial de 40% em negociação que foi feita à parte com Oliveira, que terminou sendo expulso junto com os outros seis da direção do sindicato, por decisão de assembleia da categoria. (*Correio Braziliense*, 29/9/91)

Greve paralisa área científica

Praticamente todas as atividades científicas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foram paralisadas pela greve do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia. No Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica, 30% dos técnicos e pesquisadores aderiram, reivindicando correção salarial. No Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a adesão é total.

A greve no ITA é a primeira em

41 anos de existência do órgão, uma das escolas de maior nível técnico do país. Os funcionários do ITA, segundo o presidente do sindicato, Amândio Ferreira Balcão Filho, querem a revisão da nova tabela salarial e sua inclusão na Lei do Magistério o que lhes daria a equiparação com os salários das universidades federais, que implica um aumento médio de 143%. A mesma reivindicação está sendo feita pelos funcionários do CTA e do Inpe. (*O Globo e Gazeta Mercantil*, 1/10/91)

Julgado o dissídio dos comerciários

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou o dissídio coletivo dos comerciários do estado de São Paulo, determinando reajuste de 1.748,25% sobre os salários de novembro de 1989. O percentual se refere ao IPC integral do período de 1º de novembro de 1989 a 31 de março de 1990 acrescido de 60% (substituindo o IPC integral de abril a outubro de 90) e mais 7% de produtividade. A categoria pleiteava 3.000%. (*Diário Popular*, 28/9/91)

Abono incorporado aos salários

O abono pago em agosto será incorporado aos salários de setembro por força de projeto de lei, aprovado na Câmara e no Senado. O abono não se aplica ao salário mínimo de Cr\$ 42 mil nem aos funcionários públicos. O projeto é resultado de um acordo entre os líderes do governo e a oposição que, em contrapartida, não tentará derrubar os vetos do presidente Collor à nova lei salarial. (*O Estado de São Paulo*, 29/9/91)

Costureiras param na Stay

Duzentas costureiras da Stay Confeções, sediada na capital paulista, resolveram cruzar os braços paralisando, nos últimos três dias do mês, o setor de costura da empresa. As trabalhadoras exigem 35% de aumento real e protestam contra irregularidades como falta de higiene nas refeições, atendimento médico restrito ao período da tarde, além de maus tratos por parte do gerente de produção. A Stay propôs 11% a título de antecipação e se recusa a discutir aumento real. (*Diário Popular*, 28/9/91)

Termina greve nos estaleiros de Niterói

Após catorze dias de paralisação, os oito mil metalúrgicos dos seis estaleiros de Niterói (RJ) retornaram ao trabalho, depois que o movimento foi considerado abusivo pelo TRT. Apesar disso o TRT concedeu reposição salarial de 133% à categoria. Por outro lado, os metalúrgicos das empresas que prestam serviços às indústrias mecânicas e de material elétrico continuam reivindicando 147% de reposição e decidiram pela continuidade do movimento. (*Gazeta Mercantil*, 25/9/91)

Ford-tratores desativa fábrica

A Ford New Holland, vinculada à Fiat, que produz tratores em São Bernardo do Campo (SP), está sendo definitivamente desativada neste 1º de outubro. Todo o maquinário será desmontado e transferido em caminhões para a Fiat de Curitiba, que já produz colheitadeiras. Todavia, ainda não há definição para o destino dos 300 funcionários da produção de tratores que, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, deverão ser demitidos. Eles devem ser indenizados com salários extras - de um a oito e meio, conforme o tempo de casa. A Ford Indústria e Comércio desvinculada da Autolatina, que também está sendo desativada, deve demitir outros 900 trabalhadores. Os trabalhadores das duas fábricas voltaram ao trabalho, no último dia 30, finalizando uma greve de 23 dias onde reivindicavam um acordo sobre as demissões. (*O Estado de São Paulo*, 28/9/91)

O homem que substituiu Paulo Freire

Aconteceu entrevistou Mário Sérgio Cortella, secretário de Educação do município de São Paulo, ocupante atual do cargo que foi de Paulo Freire na gestão de Luíza Erundina. Aqui ele nos explica as marcas que o grande educador deixou na rede escolar paulistana, suas diretrizes e dinâmica.

■ Quais são as suas funções, numa secretaria de Educação que é dirigida por um colegiado?

Cortella - Uma é coordenar os trabalhos, em última instância assumindo a responsabilidade pela execução. A segunda é executiva: eu não sou apenas o secretário, também faço parte do governo da cidade. Como a secretaria de Educação tem que relacionar-se com outras, cabe a mim representá-la junto ao governo e também levar as demandas. Essa é a dupla tarefa do secretário. É a mesma que Paulo Freire desenvolvia até maio, com uma diferença: Freire estabelecia uma dimensão mais internacional ao trabalho, trazendo a discussão de como o trabalho estava sendo compreendido em outros fóruns de educação que não exclusivamente aqui, na cidade e no Brasil.

■ Sua secretaria tem quatro prioridades: democratização da gestão, do acesso, nova qualidade de ensino e educação de jovens e adultos. Mas somente esta última parece ser um diferencial, pelo menos em relação à gestão Mário Covas (83-85). Há uma linha de continuidade, interrompida com a passagem do Jânio Quadros (86-88) pela prefeitura?

Cortella - Algumas coisas são continuidade, pelo fato do trabalho feito no governo Covas ter sido desenvolvido por um grupo de educadores que tinham uma visão progressista. Mas a democratização é um diferencial forte. Durante o governo Covas não foram estabelecidos colegiados e, no seu final, foi aprovado o Regimento Comum das Escolas que criava, entre outras coisas, os Conselhos de Escolas. Eles não chegaram a ser ativados. A democratização da gestão, que era uma idéia no governo Covas e era uma ausência no governo Jânio, é uma presença efetiva no nosso cotidiano. Também há um diferencial na qualidade de ensino, na medida em que estamos fazendo um trabalho de reorientação curricular que não foi feito nos governos

Mário Novais



anteriores. Existe também a prioridade da alfabetização de jovens e adultos, que no governo Covas era feita pela Secretaria de Bem-estar Social.

■ O que você destacaria como a marca da orientação de Freire no ensino municipal?

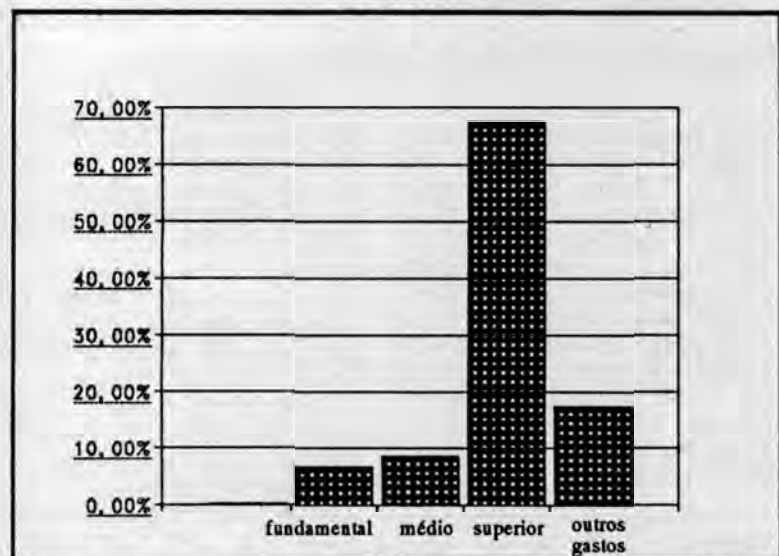
Cortella - Principalmente a democratização da gestão e a do acesso. Elas são pressupostos da metodologia e da filosofia de educação de Paulo Freire. É a marca central, reconhecida inclusive pelos nossos opositores.

Hoje, o clima entre os educadores é um clima de liberdade. Paulo Freire não é o pedagogo da liberdade por casualidade, no momento que ele vem para a prefeitura, ele traz esse clima para a equipe de governo e para a rede de ensino. É um homem sem medo, precisa ter muita coragem para propor o Mova (Movimento de Alfabetização) com a articulação que foi feita com os movimentos de educação, onde há vários grupos políticos ou religiosos. Manifestou coragem no momento em que assumiu uma rede formal de ensino num contexto não revolucionário, na maior cidade da América do Sul, na maior crise do capitalismo brasileiro.

■ Como a secretaria se propõe a realizar a prioridade da democratização do acesso?

Cortella - O analfabetismo adulto é muito alto, por volta de 1,2 milhão. Como a cidade recebe 300 mil pessoas por ano em média, há uma demanda reprimida por vagas para crianças de 7 a 14 anos, estimada em 300 mil. Dessas 300 mil, na divisão entre os poderes, 200 mil caberiam ao governo do estado e 100 mil ao municipal. Significa que hoje a prefeitura deve construir pelo menos 70 escolas para zerar esse déficit. Nós estamos terminando 20 e necessitamos construir mais 50 e a prefeitura não tem os recursos. Ela não recebe repasse do governo federal, embora devesse receber. Neste ano, vai ser arrecadado, na cidade, um montante em Salário Educação que é muito maior que o orçamento inteiro da Secretaria Municipal de Educação, mais de Cr\$ 200 bilhões. Sabe quanto fica no município? Nada. É a função do Salário Educação é exatamente a manutenção do ensino fundamental. Em três anos, recebemos Cr\$ 100 milhões, que dá para fazer 1/3 de uma escola. É que 2/3 do Salário Educação ficam com o governo do estado, 1/3 com o federal que repassa aos municípios mediante projetos, cuja composição, evidentemente, é política. Estamos lutando junto ao governo federal para um financiamento de Cr\$ 14 bilhões do Salário Educação, para a construção dessas escolas. É curioso que ele lance um projeto megalomaníaco de construção de 5.000 Ciacs (Centros Integrados de Atenção à Criança) no país e negue recursos para 50 escolas, na cidade que gera o maior percentual de Salário Educação. Além da construção, uma segunda frente é a recuperação de parte da rede física que está deteriorada, pois quando se recupera a rede estrutural, aumenta o número de crianças nas escolas. Uma terceira dimensão para o enfrentamento do problema da demanda é a construção de alguns equipamentos a partir de mutirões.

Gastos do governo federal com ensino - 1990 -



Fonte: IPEA

Ciacs sob fogo cruzado

O projeto de construção de 5 mil Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) do governo federal foi duramente criticado por vários políticos da oposição. A discussão em torno dos Ciacs esquentou porque está sendo definido o orçamento da União para 1992 e, com ele, as prioridades de investimento. O PMDB, PSDB, PT e parte do PFL questionam a proposta orçamentária apresentada pelo governo para os Ciacs e as suas supostas vantagens.

O PMDB propõe a redução em 80% das verbas que o governo fe-

Professores de SP mantêm greve

Aproximadamente sete mil professores e funcionários da rede estadual decidiram, em 27 de setembro, continuar com o movimento grevista iniciado no dia 16, por 152% de reajuste.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp), a adesão à greve já atingia 80 mil entre a capital e o interior. A intenção, segundo o presidente da entidade, João Antonio Felício, é chegar a 50% de paralisação (pelo menos 130 mil pessoas) para forçar uma contraposta do governo, que mantém como posição final 5% mensais acima do reajuste geral do funcionalismo. (*Diário Popular*, 28/9/91)

deral pretende utilizar para a construção de 942 Ciacs em 1992. Segundo Genebaldo Correia (PMDB-BA), "esses recursos são mais necessários para a manutenção e expansão do sistema convencional". O PSDB quer dividir o total desses recursos, que giram em torno de US\$ 1,33 bilhões, entre obras de construção e custeio de cada unidade. Apesar disso, os parlamentares do PSDB apóiam o projeto dos Ciacs, junto com toda a bancada do PDT. (*O Globo*, 30/9 e 1/10/91; *Gazeta Mercantil*, 27/9/91)

STF suspende eleição de diretores

O Supremo Tribunal Federal suspendeu ontem as eleições diretas para escolha dos diretores de 3.500 escolas do Rio Grande do Sul, que se realizariam em outubro. A suspensão foi solicitada pelo governador Alceu Collares, para quem as eleições são inconstitucionais. Há 15 dias, o STF suspendera as eleições nas escolas de Santa Catarina. A mesma determinação poderá valer para eleições realizadas ou em andamento nos colégios do Rio. A mesma coisa pode ocorrer no Distrito Federal, onde a deputada Lúcia Carvalho apresentou projeto de lei instituindo a eleição para os diretores. (*O Globo*, 26/9/91; *Correio Braziliense*, 27/9/91)

Governo federal não cumpre Constituição

A análise do Balanço Geral da União do ano de 1990 mostra que o governo federal não está cumprindo o que prescreve a Constituição. A fonte de recursos 112 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - consta no Balanço Geral da União de 1990 com um total de Cr\$ 297,9 bilhões. Deste total, segundo o artigo 60 das Disposições Transitórias, Cr\$ 148,9 bilhões deveriam ser aplicados no ensino fundamental, quantia a ser complementada com receita adicional do salário-educação. Na verdade, foram aplicados no Ensino Fundamental apenas Cr\$ 19,6 bilhões, ou seja, 6,6% do total de recursos, ficando um "buraco" de Cr\$ 129,3 bilhões. No ensino superior foram aplicados Cr\$ 200,9 bilhões, ou seja, 67,4% dos recursos, quantia superior à que deveria ser alocada neste programa, caso se cumprisse o preceito constitucional.

A receita do salário-educação - fonte 113 - foi de Cr\$ 101,7 bilhões, quantia aplicada no ensino fundamental por força da lei. Os recursos provenientes da receita tributária (fonte 112) constituíram, na realidade, uma fonte adicional de recursos ao salário-educação, invertendo o que se previu na Constituição. (José A. Sobrinho/*Relatório Interno-IPEA*, julho/91)

Esclarecimento

Sobre a notícia *Nova LDB é acusada de corporativismo*, publicada no *Aconteceu* n.º 571 e transcrita da *Folha de S. Paulo* (22/7/91), o professor Dermeval Saviani, citado no texto, esclarece: "Contrariamente ao que a *Folha* publicou, não considero o substitutivo Jorge Hage corporativista. Apesar de algumas limitações como é o caso do Conselho Nacional de Educação, cuja composição, esta sim, tem caráter corporativista, o projeto no seu todo representa significativo avanço em relação à situação atual. Apoiá-lo é, pois, uma forma concreta de fazermos recuar, desde já, a 'república da ignorância'."

Governo e FMLN assinam acordo em El Salvador; militares condenados pela chacina dos jesuítas

Após onze anos de combates que já provocaram quase 80 mil vítimas, a guerra civil em El Salvador pode estar prestes a terminar. No último dia 25 de setembro, o governo direitista e os guerrilheiros de esquerda da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) chegaram a um acordo de paz histórico, assinado em Nova Iorque na presença do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que participou da última rodada de negociações. Um papel muito importante tiveram também os EUA e a URSS, que nos anos 80 transformaram El Salvador e toda a América Central em campos de batalha da "guerra fria", e já há algum tempo estão pressionando o governo e a guerrilha para acabar com o enfrentamento militar.

O acordo prevê a redução das Forças Armadas, com expurgo dos militares que violaram os direitos humanos, a criação de uma polícia nacional civil na qual serão integrados os guerrilheiros, e de uma co-

missão encarregada de supervisionar a pacificação do país. O Congresso de El Salvador aprovou também 17 reformas constitucionais que alteram o sistema eleitoral do país para adaptá-lo aos acordos entre governo e guerrilha, enquanto outros assuntos, referentes a direitos humanos já foram incluídos na Constituição. Todas as reformas só entrarão em vigor quando houver um acordo de paz definitivo, que pode sair na próxima rodada de negociações, marcada para começar dia 15 de outubro.

O acordo de paz foi fechado na véspera do julgamento dos oito militares acusados do assassinato de seis padres jesuítas, professores da Universidade Centro Americana (UCA), mortos há quase dois anos juntamente com duas empregadas da universidade. Com uma decisão histórica, o júri condenou o coronel Guillermo Benavides e o tenente Yushy Mendonza, absolvendo um outro tenente e cinco soldados. Nunca um oficial salvadoreño ti-

nha sido julgado, menos ainda condenado, por um tribunal civil num caso de violação de direitos humanos. Esta "primeira vez" poderia ser o início do fim da impunidade que sempre cobriu as atrocidades e os abusos perpetrados pelas Forças Armadas, uma das principais exigências da FMLN para poder chegar ao acordo de paz definitivo. Logo depois da condenação, porém, o presidente Alfredo Cristiani, eleito pelo ultra-direitista partido ARENA, anunciou que os dois oficiais poderão ser anistiados. Para evitar a vingança dos militares, o juiz Ricardo Zamora deverá agora deixar o país, e com a sua saída parece afastar-se ainda mais a possibilidade que sejam conduzidas investigações para identificar os verdadeiros mandantes do assassinato dos padres jesuítas: uma cadeia de responsabilidades que, segundo várias testemunhas, chega até o comando geral das Forças Armadas e talvez ao próprio presidente Cristiani. (CEDI, 1/10/91)

Golpe militar contra o presidente do Haiti

Sete meses após ter tomado posse, o presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide foi deposto num golpe militar no último dia 30 de setembro. Chamado pelo povo haitiano de *Tiud*, Aristide é um padre salesiano (expulso da ordem) adepto da Teologia da Libertação, e foi eleito com 66% dos votos na primeira eleição democrática após 29 anos de ditadura da família Duvalier.

O golpe foi chefiado pelo gene-

ral Raoul Cedras, que o próprio Aristide havia nomeado chefe interino das Forças Armadas, visando expurgar os militares mais comprometidos com a ditadura e com as tentativas anteriores de golpe.

Pelo menos 150 pessoas morreram nos choques entre as tropas golpistas e os civis partidários de *Tiud*, e o próprio presidente só foi salvo graças à mediação de diplomatas ocidentais. Posteriormente, o presidente Aristide se refugiou na

Venezuela e, conforme declarou, pretende criar um governo no exílio para tentar organizar a volta ao poder na ilha. Dezenas de países - inclusive o Brasil - condenaram firmemente o golpe, enquanto os EUA suspenderam uma ajuda econômica de US\$ 90 milhões. A Organização dos Estados Americanos (OEA) poderá até decidir uma intervenção armada no Haiti para restabelecer a ordem constitucional. (CEDI, 2/10/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL